



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

April 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

**A PINTURA MOLDADA EM RELEVO COMO PRÁTICA INCLUSIVA:
EXPERIÊNCIAS TÁTEIS NO ENSINO DE ARTES VISUAIS**
RELIEF-MOLDED PAINTING AS AN INCLUSIVE PRACTICE: TACTILE
EXPERIENCES IN VISUAL ARTS EDUCATION
LA PINTURA MOLDEADA EN RELIEVE COMO PRÁCTICA
INCLUSIVA: EXPERIENCIAS TÁCTILES EN LA ENSEÑANZA DE LAS
ARTES VISUALES

RESUMO

Este artigo examina a pintura moldada em relevo como prática pedagógica inclusiva no ensino de Artes Visuais da Educação Básica brasileira, com especial atenção aos estudantes com deficiência visual. Investiga de que maneira experiências táteis, mediadas por recursos em relevo, promovem o acesso à linguagem artística e ampliam a participação estética de sujeitos com cegueira ou baixa visão em salas de aula regulares. A pesquisa adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental, valendo-se de fontes indexadas nas bases SciELO, Periódicos CAPES e Portal MEC, além de documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 13.146/2015 e a Base Nacional Comum Curricular. Os resultados evidenciam que a técnica do relevo, quando integrada a uma perspectiva multissensorial e pedagogicamente mediada, transcende a função meramente adaptativa e constitui-se em ato criativo e expressivo legítimo. Constata-se, ainda, que a formação insuficiente dos professores de Arte e a escassez de materiais adaptados configuram obstáculos estruturais à efetivação de uma inclusão genuína. Conclui-se que a pintura em relevo, ao articular percepção tátil, ludicidade e produção estética, representa uma das estratégias mais promissoras para a democratização do ensino de Arte, exigindo políticas públicas de formação docente e dotação de recursos didáticos acessíveis.

Palavras-chave: Educação inclusiva; deficiência visual; artes visuais; percepção tátil; pintura em relevo.

ABSTRACT

This article examines relief-molded painting as an inclusive pedagogical practice in Visual Arts education in Brazilian Basic Education, with particular attention to students with visual impairment. It investigates how tactile experiences, mediated by relief resources, promote access to the artistic language and broaden the aesthetic participation of students with blindness or low vision in regular classrooms. The research adopts a qualitative, bibliographic, and documentary approach, drawing on sources indexed in SciELO, CAPES Journals, and the MEC Portal, as well as official documents such as the 1988 Federal Constitution, Law No. 13,146/2015, and the National Common Curriculum Base. The results show that the relief technique, when integrated into a multisensory and pedagogically mediated perspective, transcends merely adaptive function and becomes a legitimate creative and expressive act. The study also finds that insufficient teacher training and the scarcity of adapted materials constitute structural obstacles to genuine inclusion. It concludes that relief painting, by articulating tactile perception, playfulness, and aesthetic production, is one of the most promising strategies for democratizing Art education.

Keywords: Inclusive education; visual impairment; visual arts; tactile perception; relief painting.

RESUMEN

Este artículo examina la pintura moldeada en relieve como práctica pedagógica inclusiva en la enseñanza de las Artes Visuales en la Educación Básica brasileña, con especial atención a los estudiantes con discapacidad visual. Investiga de qué manera las experiencias táctiles, mediadas por recursos en relieve, promueven el acceso al lenguaje artístico y amplían la participación estética de sujetos con ceguera o baja visión en aulas regulares. La investigación adopta un enfoque cualitativo de naturaleza bibliográfica y documental, utilizando fuentes indexadas en SciELO, Periódicos CAPES y Portal MEC, además de documentos oficiales como la Constitución Federal de 1988, la Ley n.º

13.146/2015 y la Base Nacional Común Curricular. Los resultados evidencian que la técnica del relieve, cuando se integra en una perspectiva multisensorial y pedagógicamente mediada, trasciende la función meramente adaptativa y se constituye en acto creativo y expresivo legítimo. Se concluye que la pintura en relieve, al articular percepción táctil, ludismo y producción estética, representa una de las estrategias más prometedoras para la democratización de la enseñanza del Arte.

Palabras clave: Educación inclusiva; discapacidad visual; artes visuales; percepción táctil; pintura en relieve.

1 INTRODUÇÃO

A arte constitui uma dimensão fundamental da experiência humana, por meio da qual os sujeitos constroem sentidos, expressam subjetividades e participam da vida cultural e social. No contexto da Educação Básica, o ensino de Artes Visuais desempenha papel estratégico na formação integral dos estudantes, ao mobilizar sensibilidade, criatividade e leitura crítica do mundo. Entretanto, quando se consideram as especificidades dos sujeitos com deficiência visual, sejam cegos ou com baixa visão, emergem desafios que tensionam diretamente as práticas pedagógicas tradicionalmente estruturadas na primazia da percepção visual. A superação dessas barreiras exige a reconfiguração dos modos de ensinar e aprender arte, reconhecendo o tato como via legítima de acesso à experiência estética.

No Brasil, o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência foi significativamente impulsionado a partir da Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e assegura o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Esse princípio foi consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, e ampliado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146/2015, que institui o modelo social de deficiência e reforça a obrigação dos sistemas educacionais em garantir condições efetivas de aprendizagem. Esse arcabouço normativo desloca o foco da limitação individual para as barreiras estruturais, atribuindo à escola a responsabilidade de promover práticas pedagógicas inclusivas.

Apesar desses avanços legais, a efetivação da inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino de Artes Visuais ainda enfrenta desafios significativos. Reily (2010) evidencia que a produção científica sobre o ensino de arte para pessoas com deficiência, embora crescente, permanece insuficiente frente às demandas práticas do cotidiano escolar, especialmente no que se refere à formação docente. Nesse mesmo sentido, Pawlina, Silva e Donato (2023) demonstram que a escassez

de pesquisas aplicadas ao contexto da educação básica regular limita a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Assim, a simples transposição de metodologias da educação especial para o ensino regular revela-se insuficiente, uma vez que a inclusão pressupõe a construção de estratégias que considerem a participação conjunta de estudantes com e sem deficiência.

A relevância social deste estudo fundamenta-se na necessidade de garantir ao estudante com deficiência visual o direito à fruição estética e à produção artística, reconhecendo-o como sujeito de potência criativa. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) estabelece que o ensino de Artes deve promover o desenvolvimento de competências estéticas, expressivas e culturais para todos os estudantes. No entanto, a efetivação dessas diretrizes depende da existência de estratégias pedagógicas acessíveis, ainda pouco sistematizadas no contexto educacional brasileiro. Nesse cenário, evidencia-se uma lacuna entre as orientações normativas e as práticas efetivamente desenvolvidas nas escolas.

Do ponto de vista acadêmico, observa-se que os estudos sobre pintura moldada em relevo como prática pedagógica inclusiva ainda são incipientes. Almeida, Carijó e Kastrup (2010) apontam que muitas estratégias táteis reproduzem padrões visuais sem considerar as especificidades cognitivas e expressivas do tato, resultando em experiências esteticamente limitadas. Em contraposição, Costa e Melo (2024) demonstram que abordagens multissensoriais favorecem experiências artísticas mais significativas, especialmente quando o estudante com deficiência visual é reconhecido como produtor criativo. Essas evidências indicam a necessidade de aprofundamento teórico e sistematização de práticas pedagógicas que considerem o tato como linguagem estética autônoma.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser assim formulado: de que modo a pintura moldada em relevo pode constituir-se como prática pedagógica inclusiva no ensino de Artes Visuais para estudantes com deficiência visual na Educação Básica? Parte-se da hipótese de que a pintura em relevo, quando planejada a partir de uma abordagem multissensorial e mediada pedagogicamente, favorece a ampliação do acesso à experiência estética e promove a participação ativa e criativa de estudantes com deficiência visual em contextos escolares inclusivos.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar a pintura moldada em relevo como prática pedagógica inclusiva no ensino de Artes Visuais da Educação Básica

brasileira, com foco nas experiências táteis de estudantes com deficiência visual. Como objetivos específicos, busca-se: (a) identificar os fundamentos legais e pedagógicos que sustentam a inclusão no ensino de Arte; (b) compreender a percepção tátil como modo de acesso à experiência estética; e (c) sistematizar práticas pedagógicas de pintura em relevo presentes na literatura científica, avaliando seu potencial inclusivo e suas condições de aplicação no contexto escolar.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, conforme detalhado na seção seguinte, adotando abordagem interpretativa e fundamentação em fontes científicas e normativas.

Estruturalmente, o artigo organiza-se em cinco seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta o referencial teórico, dividido em três eixos analíticos. A seção 3 descreve a metodologia adotada. A seção 4 apresenta e discute os resultados. Por fim, a seção 5 reúne as considerações finais, seguidas das referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão e deficiência visual: Fundamentos legais e pedagógicos no contexto brasileiro

A construção do paradigma inclusivo na educação brasileira resulta de um longo processo de transformação normativa, cultural e pedagógica que atravessa as últimas décadas e reposiciona o sujeito com deficiência como titular pleno do direito à educação. A Constituição Federal de 1988 inaugura esse horizonte ao garantir, no artigo 208, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Esse mandamento constitucional fundamenta a compreensão de que a escola regular não é apenas destino possível, mas um ambiente obrigatório e responsável pela oferta de condições pedagógicas que contemplem a diversidade dos estudantes. A partir desse princípio, toda a legislação educacional posterior orientou-se no sentido de operacionalizar os direitos constitucionalmente assegurados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, dedica o Capítulo V à educação especial, definindo-a como modalidade escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (Brasil, 1996). A Lei n.º

13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um salto qualitativo no ordenamento jurídico ao adotar o modelo social de deficiência, segundo o qual as limitações decorrem não apenas de impedimentos corporais, mas das barreiras impostas pela sociedade (Brasil, 2015). Esse marco legal reposiciona a responsabilidade pela inclusão: não é o sujeito com deficiência que precisa se adaptar, mas os sistemas educacional, arquitetônico e comunicacional que devem eliminar as barreiras que impedem sua plena participação.

No âmbito do ensino de Artes Visuais, a Base Nacional Comum Curricular estabelece que as linguagens artísticas devem ser ensinadas de maneira a garantir o desenvolvimento de competências estéticas, expressivas e culturais para todos os estudantes (Brasil, 2018). A tradução dessas diretrizes para práticas inclusivas efetivas depende do professor, de sua formação e dos recursos disponíveis. Reilly (2010) argumenta que a heterogeneidade é algo que o professor de Artes Visuais gerencia como parte de seu cotidiano, mas que a diversidade se acentuou com o paradigma da inclusão, exigindo recursos específicos para o atendimento de necessidades em linguagem, motricidade e acesso ao conhecimento. Esses recursos nem sempre são contemplados nos cursos de licenciatura em Arte, o que perpetua um ciclo de despreparamento que impacta diretamente a qualidade da inclusão nas escolas brasileiras.

O Atendimento Educacional Especializado constitui uma das principais políticas de suporte à inclusão de estudantes com deficiência visual. Sá, Campos e Silva (2007) esclarecem que o Atendimento Educacional Especializado não substitui o ensino regular, mas o complementa, oferecendo recursos específicos como o Braille, a soroban, a orientação e mobilidade e, de modo relevante para este estudo, materiais adaptados para o acesso ao conhecimento por meio de outros sentidos além da visão. A dimensão tátil da aprendizagem assume, nesse contexto, papel central: em uma área de conhecimento fundamentada na linguagem visual como as Artes, a mediação tátil não é mero recurso compensatório, mas condição de possibilidade para que o estudante com deficiência visual participe de modo ativo e criativo das atividades propostas.

O documento orientador do Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado na área da Deficiência Visual é direto quanto à necessidade de adaptação das atividades artísticas:

Algumas atividades predominantemente visuais devem ser adotadas com antecedência e outras durante a sua realização por meio de descrição, informação tátil, auditiva, olfativa e qualquer outra referência que favoreça a configuração do cenário ou do ambiente. (Sá; Campos; Silva, 2007, p. 25)

Essa recomendação oficial evidencia que a adaptação das aulas de Arte não é escolha pessoal do professor, mas imperativo pedagógico orientado por política pública. Ao nomear explicitamente a informação tátil como recurso privilegiado de mediação, o documento indica que tocar, explorar texturas e perceber relevos são ações didaticamente válidas e epistemicamente relevantes. No ensino de Artes Visuais, isso implica reconhecer que a pintura moldada em relevo não é um recurso de segunda categoria, mas uma linguagem própria que amplia o repertório expressivo de todos os estudantes, videntes e não videntes, quando inserida intencionalmente no planejamento pedagógico.

A formação do professor de Arte para atuar em contextos inclusivos permanece como nó crítico do sistema. Pawlina, Silva e Donato (2023), em revisão da literatura sobre metodologias de ensino de Artes Visuais para estudantes cegos e com baixa visão, identificaram que a maior parte das pesquisas analisadas aponta para a insuficiência da formação inicial dos professores de Arte como principal obstáculo à implementação de práticas verdadeiramente inclusivas. Barbosa *et al.* (2025) reforçam esse diagnóstico ao observar que as estratégias pedagógicas mais eficazes são aquelas desenvolvidas por docentes que receberam formação específica em educação inclusiva, associada ao conhecimento sobre o funcionamento do sistema tátil. Superar essa lacuna exige, portanto, políticas de formação continuada que instrumentalizem os professores a transformar a sala de aula em espaço de criação acessível a todos os corpos e sensorialidades.

2.2 A percepção tátil como experiência estética: Fundamentos psicopedagógicos

O sistema tátil-háptico representa um dos modos mais ricos e complexos de exploração cognitiva do mundo, capaz de fornecer informações sobre forma, textura, peso, temperatura e espessura de objetos e superfícies. Diferentemente da percepção visual, que opera à distância e processa a cena de maneira simultânea e global, o tato é necessariamente sequencial e proximal: o sujeito precisa entrar em contato direto com o objeto, explorá-lo parte a parte, construindo gradualmente uma representação mental integrada. Almeida, Carijó e Kastrup (2010) sublinham que esse modo de

funcionamento do sistema tátil é frequentemente subestimado nas iniciativas de acessibilidade artística, que tendem a reproduzir padrões visuais em formato tátil sem considerar as propriedades cognitivas e expressivas próprias do tato, resultando em experiências esteticamente frustrantes para o público com deficiência visual.

A compreensão do tato como sentido estético autônomo, e não apenas como substituto precário da visão, é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas no ensino de Arte. Kastrup (2010) propõe que a experiência estética para pessoas cegas deve ser pensada a partir de uma lógica de invenção e não de adaptação: ao invés de traduzir obras visuais para o tato, o desafio pedagógico consiste em criar experiências que mobilizem as potências expressivas específicas da percepção tátil. Essa perspectiva inverte a hierarquia implícita que trata o estudante com deficiência visual como sujeito incompleto em busca de compensação, reconhecendo-o como sujeito de uma sensorialidade diferente, dotada de recursos cognitivos e estéticos próprios que o ensino de Arte pode e deve explorar.

No que diz respeito às possibilidades pedagógicas dos alunos cegos em aulas de Arte, o documento orientador do Ministério da Educação é enfático:

Os alunos cegos podem e devem participar de praticamente todas as atividades com diferentes níveis e modalidades de adaptação que envolvem criatividade, confecção de material e cooperação entre os participantes. (Sá; Campos; Silva, 2007, p. 26)

Esse posicionamento oficial desfaz equívocos frequentes sobre as limitações do estudante com deficiência visual em contextos de arte: a cegueira não impossibilita a participação nas aulas de Artes Visuais, mas demanda que o professor desenvolva criatividade pedagógica para garantir formas de acesso diferenciadas. A pintura moldada em relevo inscreve-se precisamente nessa perspectiva: ao substituir a dimensão exclusivamente óptica por uma experiência multissensorial que integra tato, propriocepção e escuta, ela cria condições para que todos os estudantes participem de modo ativo da produção e da fruição artística, inaugurando uma estética com lógica própria e não como cópia degradada da linguagem visual.

Do ponto de vista psicopedagógico, a exploração tátil de materiais com texturas e relevos variados mobiliza processos cognitivos sofisticados ligados à construção de conceitos, à memória espacial e à representação mental. Neto e Alves (2016) documentaram, em uma escola pública do Rio Grande do Norte, que a interação entre alunos videntes e não videntes na produção e análise de desenhos

tátil-visuais favoreceu intercâmbios verbais, corporais e táteis que ampliaram a capacidade expressiva de todos os participantes. Os autores propõem a construção de uma abordagem de ensino de Arte orientada pela multissensorialidade, a partir de oficinas pedagógicas que possibilitem interações artísticas e estéticas na perspectiva da inclusão. Esse achado sugere que a pintura em relevo, ao ser incorporada ao cotidiano da aula regular, beneficia não apenas o estudante com deficiência visual, mas enriquece a experiência sensorial e estética de toda a turma.

A mediação do professor é condição sine qua non para que a experiência tátil se converta em experiência estética significativa. Gross e Nogueira (2016), em pesquisa desenvolvida no Colégio Pedro II, demonstraram que a recepção de materiais táteis pelos estudantes com deficiência visual foi diretamente influenciada pela qualidade da mediação pedagógica: a simples disponibilização de reproduções em relevo, sem acompanhamento verbal e gestual adequado, resultou em experiências parciais e pouco satisfatórias do ponto de vista estético. A memória tátil, entendida como capacidade de reter e reconhecer informações percebidas pelo tato, mostrou-se recurso cognitivo valioso, mas dependente de estímulos intencionais e progressivos que o professor precisa criar e sequenciar. Esse dado é central para a pedagogia da pintura em relevo: a qualidade da mediação importa tanto quanto a qualidade do material produzido.

A construção de uma estética tátil genuína no ensino de Arte pressupõe, portanto, o abandono da lógica substitutiva que orienta grande parte das práticas adaptativas existentes. Costa e Melo (2024), em relato de extensão universitária com alunos do Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste, demonstraram que a aprendizagem artística é mais significativa quando o estudante com deficiência visual ocupa o papel de emissor criativo, construindo suas próprias imagens a partir da exploração de estímulos auditivos e táteis. Esse deslocamento, do receptor ao produtor, constitui o núcleo epistemológico da pedagogia inclusiva em Arte: não se trata de oferecer ao estudante com deficiência visual acesso ao que o vidente produz, mas de criar condições para que ele produza a partir de suas próprias potências sensoriais e expressivas.

2.3 A pintura em relevo como recurso pedagógico inclusivo: Entre a adaptação e a criação

As iniciativas de acessibilidade artística para pessoas com deficiência visual têm adotado, historicamente, três estratégias principais: a adaptação de obras bidimensionais em alto-relevo, o uso representacional de texturas e a disponibilização de esculturas para o toque. Almeida, Carijó e Kastrup (2010) analisaram criticamente essas estratégias à luz dos estudos de psicologia cognitiva sobre o sistema tátil e concluíram que a maioria das versões táteis ignora as propriedades cognitivas e a dimensão expressiva do tato, reproduzindo padrões visuais de maneira que o percebedor tátil tem pouca chance de apreciar esteticamente. Essa crítica não invalida o uso do relevo como recurso pedagógico, mas aponta para a necessidade de superar a lógica de mera transposição visual, avançando em direção a uma produção especificamente concebida para as possibilidades do tato.

No contexto escolar brasileiro, as práticas de pintura em relevo têm sido desenvolvidas com materiais de baixo custo e fácil acesso, como cola quente, gesso, tinta em relevo, areia, palha e tecidos de textura variada. Pawlina, Silva e Donato (2023), ao revisarem a produção científica sobre metodologias de ensino de Artes Visuais para estudantes cegos e com baixa visão, identificaram que as pesquisas analisadas convergem para a indicação de práticas que combinem o uso de materiais tridimensionais, a mediação verbal qualificada e a participação colaborativa entre colegas. Os autores destacam, ainda, que a escassez de formação específica dos professores de Arte constitui o principal entrave à generalização dessas práticas nas escolas públicas brasileiras, reforçando a necessidade de intervenções estruturais nas licenciaturas e nos programas de formação continuada.

A dimensão criativa da pintura em relevo foi explorada por Neto e Alves (2016) em oficinas pedagógicas que articulavam exploração tátil de objetos, representação corporal e produção de desenhos em relevo. Os autores verificaram que a interação entre pares, videntes e não videntes trabalhando conjuntamente, potencializou o processo criativo de todos os envolvidos: os estudantes videntes passaram a perceber o relevo de modo diferente, ao passo que os estudantes com deficiência visual desenvolveram estratégias próprias de representação gráfica orientada pelo tato. Esse dado evidencia que a inclusão bem-sucedida no ensino de Arte não é apenas benefício para o estudante com deficiência, mas experiência pedagógica

enriquecedora para toda a turma, ao ampliar o repertório sensorial e expressivo do grupo e transformar a heterogeneidade em recurso pedagógico.

A qualidade estética das pinturas em relevo depende de variáveis técnicas e pedagógicas que precisam ser consideradas na elaboração dos materiais. Gross e Nogueira (2016) destacam que as reproduções táteis utilizadas em aulas de Artes Visuais apresentaram resultados mais satisfatórios quando combinadas com audiodescrição e mediação verbal detalhada, fornecendo ao estudante informações sobre cores, contexto histórico e significados da obra. A integração de múltiplas linguagens, tátil, sonora e verbal, ampliou a fruição estética e permitiu que os estudantes com deficiência visual construíssem representações mais complexas e significativas das obras estudadas. Esse resultado sugere que a pintura em relevo, considerada isoladamente, é recurso necessário mas insuficiente: ela precisa ser articulada a outras estratégias multissensoriais para que seu potencial inclusivo seja plenamente realizado.

A experiência extensionista relatada por Costa e Melo (2024) reforça essa perspectiva ao demonstrar que estudantes com deficiência visual, quando estimulados por metodologias que exploram a multissensorialidade, produzem imagens fotográficas com intenção estética clara, utilizando o corpo, a audição e o tato como instrumentos de composição. Esse resultado é transferível para o contexto da pintura em relevo: quando o estudante com deficiência visual é convidado a criar, e não apenas a tocar o que outros criaram, emerge um modo de expressão artística autêntico que amplia os horizontes da linguagem visual na escola. A escola inclusiva torna-se, assim, laboratório de invenção estética plural, em que diferentes sensorialidades coexistem e se enriquecem mutuamente.

O potencial transformador da pintura em relevo reside, em última análise, na possibilidade de ressignificar a própria noção de obra de arte e de experiência estética no contexto escolar. Kastrup (2010) propõe que a acessibilidade de pessoas cegas à arte deve ser pensada como processo de aprendizagem inventiva: não mera recepção ou reprodução, mas produção criativa mediada pela experiência sensorial específica de cada sujeito. Nessa perspectiva, ao criar pinturas em relevo, o estudante com deficiência visual não está compensando a ausência da visão, mas construindo uma forma de ver com as mãos que é, em si mesma, uma expressão artística autêntica. Esse deslocamento epistemológico é condição para que a inclusão no ensino de Arte supere a lógica assistencialista e se consolide como projeto emancipatório.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, modalidade amplamente utilizada no campo do ensino de Arte e deficiência no Brasil, conforme apontado por Reily (2010), especialmente em contextos nos quais se busca sistematizar e interpretar produções científicas ainda em consolidação. A abordagem qualitativa mostra-se adequada ao objeto de estudo por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos educacionais complexos, considerando seus contextos, significados e relações, sem a pretensão de generalização estatística, mas com ênfase na consistência interpretativa e no rigor analítico.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório e descritivo. Exploratória, por investigar um campo ainda pouco sistematizado na literatura, especialmente no que se refere à pintura moldada em relevo como prática inclusiva no ensino de Artes Visuais. Descritiva, na medida em que busca identificar, organizar e analisar criticamente as principais abordagens teóricas e evidências empíricas relacionadas ao tema.

No que se refere ao método científico, adota-se o método dedutivo-analítico, partindo de referenciais teóricos consolidados sobre educação inclusiva, percepção tátil e ensino de Arte, para a análise e interpretação das práticas pedagógicas documentadas na literatura. Esse método orienta a construção do raciocínio científico ao articular categorias teóricas gerais com evidências empíricas específicas, permitindo a elaboração de sínteses interpretativas fundamentadas.

O levantamento das fontes foi realizado nas bases de dados SciELO, Periódicos CAPES, Portal MEC e no repositório UDESC Periódicos, utilizando descritores em português e inglês, aplicados de forma isolada e combinada, tais como: “artes visuais”, “deficiência visual”, “inclusão escolar”, “percepção tátil”, “pintura em relevo”, “alto-relevo”, “estética tátil” e “ensino de Arte inclusivo”. Os documentos normativos, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular, foram obtidos diretamente em portais institucionais oficiais do Governo Federal e do Ministério da Educação, assegurando a confiabilidade das fontes.

Foram consideradas produções científicas relevantes para o tema, contemplando tanto estudos clássicos quanto pesquisas recentes, com vistas à construção de um referencial teórico consistente e atualizado. Os critérios de inclusão adotados foram: (a) abordar o ensino de Artes Visuais em contexto inclusivo, com foco em estudantes com deficiência visual; (b) discutir a percepção tátil, o uso do relevo ou a acessibilidade estética; (c) estar disponível em texto completo nas bases consultadas; e (d) apresentar identificação completa de autoria, periódico, ano de publicação e, preferencialmente, DOI ou link verificável. Foram excluídas produções de natureza estritamente técnica sem interface educacional, textos opinativos sem fundamentação científica e documentos sem identificação de autoria.

O corpus final da pesquisa foi composto por 13 referências selecionadas após processo sistemático de triagem, leitura e classificação. Entre essas referências, destacam-se estudos recentes publicados entre 2020 e 2025, como Pawlina, Silva e Donato (2023), Costa e Melo (2024) e Barbosa et al. (2025), além de documentos normativos e produções científicas consolidadas na área. Ressalta-se que todas as fontes utilizadas foram verificadas quanto à sua autenticidade e relevância acadêmica, assegurando a consistência bibliográfica do estudo.

O procedimento analítico adotado foi a análise de conteúdo de orientação temática, conforme abordagem amplamente utilizada em pesquisas qualitativas. Esse procedimento consistiu na leitura sistemática das fontes selecionadas, na identificação de categorias analíticas recorrentes e na construção de sínteses interpretativas articuladas ao objeto de estudo. As categorias emergentes foram organizadas em três eixos principais: fundamentos legais e pedagógicos da inclusão no Brasil; percepção tátil como modalidade de acesso à experiência estética; e práticas pedagógicas de pintura em relevo no ensino de Artes Visuais. Esses eixos estruturam o referencial teórico e orientam a análise dos resultados.

Como toda pesquisa de natureza bibliográfica e documental, o estudo apresenta limitações inerentes ao seu delineamento metodológico. A análise restringe-se às produções disponíveis nas bases consultadas, podendo não contemplar estudos relevantes publicados em periódicos não indexados ou em outros idiomas. Ademais, a ausência de investigação empírica direta impede o acesso às experiências concretas de professores e estudantes no contexto escolar. Tais limitações, entretanto, não comprometem a validade das interpretações apresentadas,

mas indicam a necessidade de futuras pesquisas de campo, como estudos etnográficos e pesquisas-ação, que aprofundem os achados aqui sistematizados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus bibliográfico evidencia que a pintura moldada em relevo, quando pensada como prática pedagógica intencional e não como adaptação emergencial, constitui recurso de significativo potencial inclusivo no ensino de Artes Visuais da Educação Básica. O primeiro eixo de achados diz respeito à fundamentação legal que ampara essa prática: o conjunto normativo formado pela Constituição Federal de 1988, pela LDB n.º 9.394/1996 e pela Lei n.º 13.146/2015 estabelece um ordenamento jurídico claro em favor da inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino regular, impondo ao sistema educativo a obrigação de garantir não apenas o acesso, mas as condições pedagógicas necessárias à aprendizagem efetiva. A BNCC (Brasil, 2018) reforça esse mandamento ao definir competências estéticas e culturais para todos os estudantes da Educação Básica, o que implica, necessariamente, a existência de estratégias pedagógicas acessíveis para aqueles que não têm acesso pleno à experiência visual.

O segundo eixo de resultados refere-se à crítica das práticas de adaptação tátil prevalentes nos contextos educativos e museológicos brasileiros. A pesquisa de Almeida, Carijó e Kastrup (2010) constitui referência central nesse debate ao demonstrar que a simples transposição de obras bidimensionais para o alto-relevo, sem consideração das propriedades cognitivas do sistema tátil, produz experiências esteticamente insatisfatórias. Esse achado dialoga com os resultados de Gross e Nogueira (2016), que identificaram limites similares na recepção de materiais táteis por estudantes com deficiência visual: reproduções em relevo sem mediação adequada foram percebidas pelos estudantes como representações parciais e de difícil interpretação. Tomados conjuntamente, esses estudos apontam para a insuficiência do paradigma adaptativo e a necessidade de avançar em direção a uma pedagogia tátil que parta das especificidades do tato como modalidade perceptiva autônoma.

O terceiro eixo temático concentra os achados relativos às práticas pedagógicas que, documentadas pela literatura, demonstraram resultados mais promissores no ensino de Arte inclusivo. A pesquisa-intervenção conduzida por Neto e Alves (2016) em escola pública do Rio Grande do Norte revelou que oficinas

pedagógicas multissensoriais favoreceram a participação ativa de todos os estudantes, videntes e não videntes, e potencializaram a criatividade do grupo por meio de intercâmbios verbais, táteis e corporais. Em perspectiva complementar e mais recente, Costa e Melo (2024) demonstraram que estudantes com deficiência visual, quando posicionados como produtores artísticos e não como receptores de conteúdo adaptado, desenvolvem autonomia criativa e constroem conhecimento de modo mais significativo. A convergência desses estudos indica que a pintura em relevo, ao ser incorporada ao cotidiano da aula regular com intencionalidade pedagógica, beneficia toda a turma ao ampliar repertórios sensoriais e expressivos.

A mediação pedagógica emerge como variável crítica nos estudos analisados. Gross e Nogueira (2016) demonstraram que os estudantes com deficiência visual alcançaram maior fruição estética quando as reproduções em relevo foram acompanhadas de mediação verbal detalhada, audiodescrição e contextualização histórica das obras.

Kastrup (2010) reforça essa perspectiva ao propor que a acessibilidade estética de pessoas cegas à arte não se resolve apenas com a disponibilização de recursos materiais, mas exige um processo de aprendizagem inventiva mediado por um interlocutor competente (Kastrup, 2010, p. 38-45).

Esses achados têm implicações diretas para a formação docente: o professor de Arte precisa desenvolver competências específicas de mediação verbal e tátil, aprendendo a descrever obras, conduzir explorações sensoriais e criar narrativas que ancorem a experiência tátil em contextos históricos e culturais significativos para os estudantes.

Do ponto de vista das estratégias técnicas, os estudos revisados identificam um conjunto de práticas com potencial pedagógico comprovado. Sá, Campos e Silva (2007) recomendam o uso combinado de informações táteis, auditivas, olfativas e cinestésicas na adaptação de atividades artísticas, sinalizando que a experiência multissensorial é superior à experiência estritamente tátil. Pawlina, Silva e Donato (2023), na revisão da literatura sobre o ensino de Artes Visuais para estudantes cegos e com baixa visão, identificaram que as pesquisas mais recentes apontam para práticas colaborativas, em que videntes e não videntes aprendem juntos por meio de materiais em relevo, como as mais eficazes do ponto de vista da inclusão plena. Barbosa *et al.* (2025) acrescentam que as estratégias mais promissoras são aquelas que partem das potencialidades sensoriais dos estudantes, reconhecendo na

deficiência visual um modo diferente de perceber e criar que enriquece o campo das Artes Visuais, e não uma limitação a ser compensada.

As limitações identificadas na literatura configuram uma agenda de pesquisa ainda em aberto. Em primeiro lugar, a maior parte dos estudos revisados foi realizada em contextos urbanos e universitários, com limitada representatividade de escolas públicas em municípios de pequeno e médio porte, onde as condições estruturais de inclusão tendem a ser mais precárias. Em segundo lugar, há escassez de pesquisas longitudinais que acompanhem o desenvolvimento estético e criativo de estudantes com deficiência visual ao longo de anos de contato sistemático com práticas de pintura em relevo. Em terceiro lugar, a interface entre a pesquisa acadêmica e a formação continuada de professores permanece frágil: os achados científicos disponíveis sobre o ensino inclusivo de Arte chegam com dificuldade às salas de aula e às secretarias de educação, demandando esforços de mediação que convertam o conhecimento produzido em políticas e práticas efetivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral analisar a pintura moldada em relevo como prática pedagógica inclusiva no ensino de Artes Visuais da Educação Básica brasileira, com foco nas experiências táteis de estudantes com deficiência visual. A revisão bibliográfica e documental conduzida demonstrou que esse objetivo foi atingido: foi possível identificar os fundamentos legais e pedagógicos que amparam a inclusão no ensino de Arte, caracterizar a percepção tátil como modo legítimo de acesso à experiência estética e sistematizar práticas documentadas que evidenciam o potencial inclusivo da pintura em relevo no contexto escolar brasileiro.

Os resultados desta pesquisa confirmam que o Brasil dispõe de um robusto arcabouço normativo, da Constituição Federal de 1988 à Lei Brasileira de Inclusão de 2015, que obriga o sistema educacional a garantir condições reais de aprendizagem para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência visual. No campo das Artes Visuais, a BNCC reforça esse mandamento ao definir competências estéticas e culturais como direito de todos. A distância entre o prescrito na lei e o praticado nas escolas permanece considerável, demandando ações integradas de política pública, formação docente e produção de recursos didáticos acessíveis.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para a consolidação de uma perspectiva que compreende o tato não como sentido substitutivo da visão, mas como

modalidade perceptiva autônoma com propriedades cognitivas e estéticas próprias. Essa reorientação epistemológica tem consequências práticas diretas: impõe o abandono da lógica adaptativa que reproduz padrões visuais em formato tátil e aponta para a necessidade de criar práticas pedagógicas especificamente pensadas para explorar as potências expressivas do tato. A pintura em relevo, quando concebida nessa perspectiva, deixa de ser recurso compensatório e torna-se linguagem artística com lógica e estética próprias.

Para a prática docente, as contribuições deste artigo são concretas: a síntese das estratégias identificadas na literatura, a saber, mediação verbal e tátil combinadas, produção de materiais com texturas variadas, oficinas multissensoriais com participação conjunta de videntes e não videntes, oferece ao professor de Arte um repertório de possibilidades fundamentadas e testadas em contextos reais. A implementação dessas estratégias depende de condições estruturais que não dependem apenas da vontade individual do docente: tempo de planejamento, acesso a materiais adaptados, suporte do Atendimento Educacional Especializado e formação específica para atuar em contextos inclusivos.

No âmbito das políticas públicas, este estudo sugere a necessidade urgente de incorporar, nos currículos dos cursos de licenciatura em Arte, conteúdos e práticas relacionados ao ensino inclusivo e à acessibilidade estética. A formação inicial do professor de Arte deve contemplar conhecimentos sobre o funcionamento do sistema tátil, sobre estratégias de mediação para estudantes com deficiência visual e sobre as possibilidades expressivas dos materiais em relevo. Paralelamente, os sistemas municipais e estaduais de educação precisam investir em formação continuada que leve esses saberes aos professores já atuantes nas escolas, superando o ciclo de despreparamento identificado por Reily (2010) e confirmado, mais de uma década depois, por Pawlina, Silva e Donato (2023).

A contribuição deste trabalho para o campo científico reside na sistematização de fundamentos teórico-práticos que articulam legislação, psicopedagogia e didática das Artes Visuais em torno do problema da inclusão do estudante com deficiência visual. Ao reunir e analisar criticamente os principais estudos brasileiros sobre o tema, incluindo produções recentes do período 2020-2025, este artigo oferece um mapa conceitual que pode orientar tanto pesquisadores interessados em aprofundar investigações específicas quanto gestores e professores que buscam referências para a tomada de decisões pedagógicas fundamentadas.

As limitações deste estudo decorrem de sua natureza estritamente bibliográfica e documental. Não foram realizadas entrevistas com professores, observações em sala de aula ou análise de produções artísticas de estudantes com deficiência visual, o que limita a profundidade das inferências sobre as experiências vividas nos contextos escolares concretos. Ademais, o recorte temático privilegiou a deficiência visual, deixando em segundo plano as intersecções com outras deficiências que também demandam estratégias pedagógicas adaptadas no ensino de Arte.

Os caminhos para pesquisas futuras são múltiplos e relevantes. Em primeiro lugar, são necessárias pesquisas-ação e estudos de caso em escolas públicas de diferentes regiões do Brasil, que acompanhem longitudinalmente o desenvolvimento estético e criativo de estudantes com deficiência visual expostos a práticas sistemáticas de pintura em relevo. Em segundo lugar, investigações sobre a percepção dos próprios estudantes com deficiência visual acerca de suas experiências nas aulas de Arte podem fornecer dados essenciais para a qualificação das estratégias pedagógicas existentes. Em terceiro lugar, estudos sobre a formação de professores de Arte para a atuação inclusiva podem indicar os conteúdos e metodologias mais eficazes, subsidiando reformas curriculares nas licenciaturas.

Há também um horizonte investigativo promissor na interface entre a pintura em relevo e as tecnologias assistivas emergentes, como a impressão tridimensional, que tem possibilitado a reprodução de obras bidimensionais em formatos táteis com qualidade e precisão superiores aos métodos artesanais. A exploração das potencialidades pedagógicas dessas tecnologias no contexto da Educação Básica brasileira representa campo de pesquisa ainda pouco explorado, com grande potencial de impacto nas condições de acesso de estudantes com deficiência visual às experiências artísticas e estéticas nas escolas públicas do país.

Por fim, reafirma-se a convicção central que orienta este estudo: a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino de Artes Visuais não é questão periférica ou especializada, mas imperativo pedagógico, ético e político que concerne a todo o sistema educacional. A pintura moldada em relevo, ao articular percepção tátil, criação artística e mediação pedagógica qualificada, representa uma das mais promissoras respostas a esse imperativo, não porque elimina as diferenças, mas porque as incorpora como recurso de enriquecimento coletivo, transformando a sala de aula em espaço de invenção estética plural e genuinamente inclusiva.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Clara de; CARIJÓ, Filipe Herkenhoff; KASTRUP, Virgínia. Por uma estética tátil: sobre a adaptação de obras de artes plásticas para deficientes visuais. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-100, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000100007>.

BARBOSA, A. G. B. de M. *et al.* Estratégias metodológicas para alunos com deficiência visual: abordagens e práticas docentes. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 8, n. 19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v8i19.2695>. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2695>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

COSTA, Ian; MELO, Cristianne. Fotografia, ensino e inclusão: relato de experiência com alunos com deficiência visual. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. e0059, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5965/198431782012024e0059>. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/17451>. Acesso em: 26 mar. 2026.

GROSS, Leila; NOGUEIRA, Monique Andries. Ensino da Arte e Inclusão: relatos de alunos com Deficiência Visual em aulas de Artes Visuais no Colégio Pedro II. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 33-59, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984317812032016033>. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/7890>. Acesso em: 26 mar. 2026.

KASTRUP, Virgínia. Experiência estética para uma aprendizagem inventiva: notas sobre a acessibilidade de pessoas cegas a museus. *Informática na Educação: Teoria e Prática*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 38-45, jul./dez. 2010.

NETO, Rivaldo Bevenuto de Oliveira; ALVES, Jefferson Fernandes. O ensino do desenho em uma perspectiva inclusiva: o figurativo para além da visão. *European Review of Artistic Studies (ERAS)*, v. 7, n. 1, p. 40-60, 2016. Disponível em: <https://eras.mundis.pt/index.php/eras/article/view/82>. Acesso em: 26 mar. 2026.

PAWLINA, Rafael Guilherme; SILVA, João Henrique da; DONATO, Sueli Pereira. O ensino de Artes Visuais para estudantes cegos e com baixa visão: metodologias e estratégias de ensino. *Quaestio: Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, v. 25, p. e023033, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2023v25id5065>. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/5065>. Acesso em: 26 mar. 2026.

REILY, Lucia. O ensino de artes visuais na escola no contexto da inclusão. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 30, n. 80, p. 84-102, jan./abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000100007>.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. *Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual*. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dv.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

